

Apresentação

Ursula Dias Peres¹
Alexsandro Santos²

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

(Manuel Bandeira)

O padrão histórico de desigualdades sociais no Brasil, construído na longa duração da nossa formação como país, impõe uma realidade de negação e estreitamento de direitos na vida cotidiana de milhões de brasileiros. Efetivamente, a sociedade brasileira disputa, a todo tempo, a fatia sociodemográfica que estará mais próxima e aquela que estará mais distante da condição de 'bicho' enunciada por Manuel Bandeira em seu poema clássico, escrito no dia 27 de dezembro de 1947.

Se é verdade que o país produziu avanços na diminuição do abismo social entre miseráveis, pobres, remediados e ricos no período que vai da última década do século XX até o final da primeira década do século XXI, também é verdade que tais avanços foram insuficientes para engendrar as condições estruturais de uma nação socialmente justa. Além disso, as condições de instabilidade institucional e

1 Doutora em Economia pela EESP/FGV/SP, Professora da EACH/USP, Pesquisadora do CEM/USP e do King's College London. Foi Secretária Adjunta de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de São Paulo.

2 Pedagogo, Mestre em Educação: História, Política, Sociedade (PUCSP), doutor em Educação (FEUSP) e pós-doutorando em Administração Pública e Governo (NEB-FGV). Diretor-Presidente da Escola do Parlamento e Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Mestrado Profissional em Formação de Gestores da Unicidade.

a reorientação da política econômica assumida pelo governo Michel Temer e pelo governo de Jair Messias Bolsonaro produziram retrocessos em algumas conquistas que havíamos alcançado, solapando estruturas ainda frágeis e em consolidação no campo das políticas sociais.

Esse era o cenário que o Brasil apresentava quando o mundo foi mergulhado numa crise sanitária global. Efetivamente, podemos dizer que os últimos meses, desde o início de 2020, foram profundamente desafiadores para todos os países do mundo. Todavia, a interação desta crise sanitária global com os contextos heterogêneos de desigualdade entre as nações precisa ser assinalada.

A crise política, econômica e social já instalada no Brasil ganhou novas nuances com a chegada da crise sanitária promovida pelo Coronavírus Sars-CoV-2 que, por sua vez, escancarou e aprofundou as mazelas que afligem a sociedade brasileira e suas desigualdades nestes três âmbitos da vida coletiva.

O presente dossiê teve como motivação apresentar, em diferentes setores das políticas públicas, elementos da desigualdade social e econômica brasileira e como esses foram agravados pela pandemia, assim como apresentar propostas de redução desse agravamento. Pesquisadores de diferentes áreas construíram suas análises a partir das múltiplas e heterogêneas dimensões dos processos de desigualdade e sistematizaram suas contribuições em sete artigos.

Na arena das relações de trabalho, emprego e renda e em suas conexões com as experiências de risco social e vulnerabilidade, o dossiê reúne três artigos: (1) “Na corda bamba de sombrinha; renda do não-trabalho e bem-estar das famílias e contextos de choques sistêmicos”, escrito por André Roncaglia de Carvalho (Unifesp/Cebrap), Eloiza Regina Ferreira de Almeida (Cebrap), Luciana Rosa Souza (Unifesp/Cebrap) e Solange Gonçalves (Unifesp/Cebrap); (2) “Duração do emprego formal e desigualdade de gênero no Brasil: o caso das famílias de baixa renda”, escrito por Daniela Verzola Vaz (Unifesp), Danilo Braun Santos (Unifesp) e Alexandre Ribeiro Liechsenring (EACH/USP) e (3) “Crise da covid-19 no município de São Paulo: mercado de trabalho, desigualdade e políticas públicas”, escrito por André Gal Moutian (EACH/USP, OIPP e NEEPP); Agnaldo Valentin (EACH/USP, OIPP e NEEPP); João Guilherme Rocha Machado (EAESP-FGV e NEEPP), Leticia Figueiredo Collado (EACH/USP e NEEPP) e Marcelo Nakamura Saito (EACH/USP e NEEPP).

No campo de convergência entre regime tributário, política fiscal e orçamentária e enfrentamento às desigualdades, o dossiê acolhe dois artigos. O primeiro, intitulado “Avaliação do Financiamento Federal do SUS diante da desigualdade regional e da pandemia da Covid-19” foi escrito por Francisco Funcia

(USCS) e o segundo artigo, intitulado “Contribuição emergencial sobre altas rendas de pessoas físicas: enfrentar a desigualdade tributária no Brasil e a COVID-19”, resulta da colaboração entre Ursula Dias Peres (EACH/USP, CEM-USP e OIPP) e Fábio Pereira dos Santos (Câmara Municipal de São Paulo).

Por fim, enquadrando a discussão sobre nossas desigualdades estruturais a partir da dimensão racial, apresentamos outros dois artigos. Beatriz Mendes Chaves (DCP/FFLCH-USP) escreveu “(Sub)representação de negros e mulheres no poder legislativo: uma análise dos resultados eleitorais à Câmara Municipal de São Paulo em 2020”, enquanto Eduardo Januário (FE e LEPHE/USP) contribuiu para este dossiê com o artigo “Política de combate à desigualdade racial e política educacional, Cidade de São Paulo - 2004-2018”

Conforme demonstra Funcia (2021), a partir da análise da execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde até o segundo quadrimestre de 2020, é possível verificar que em 2019 o governo federal repassou sistemicamente à maior parte das regiões do Brasil menos recursos para o financiamento do SUS, com uma variação anual dos valores brutos por habitante inferior ao IPCA. O contexto de escassez ao qual o sistema de saúde se viu constricto, tornou o enfrentamento à COVID-19 ainda mais calamitoso.

Se os meios e mecanismos disponíveis junto à saúde pública para amenizar o cataclisma pandêmico já estavam críticos pré-COVID-19, o cenário socioeconômico e do trabalho das populações, especialmente as mais vulnerabilizadas, não é distinto. Pelo contrário, pode-se dizer que ainda que o vírus acometa a todos, aqueles da sociedade que possuem menos acessos ou meios de verdadeiramente se isolar, correm mais riscos, já que apenas 2% dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto tiveram a oportunidade de trabalhar remotamente na cidade de São Paulo, conforme demonstra Mountain *et. al.* (2021) no terceiro artigo desta série.

Chama atenção também, segundo Mountain *et. al.* (2021), o nível de desocupação entre os jovens (42,3%) e entre os pardos e pretos (20%) - curiosamente, segundo a pesquisa de Januário (2021), também apresentada nesta série, a interseccionalidade entre raça e oportunidades encontra profundas raízes na incoerência entre o discurso, na figura das leis, e a prática, entendida enquanto orçamento dedicado à políticas públicas que se versam sobre o combate a desigualdade racial. E não só. A incongruência está, inclusive, na ausência de identificação entre representantes políticos e a população majoritária (mulheres e negros). Na pesquisa de Chaves (2021) isto fica claro ao se analisar a composição racial e de gênero das candidaturas apresentadas pelos partidos políticos no município de São Paulo, quando comparadas de maneira descritiva a população paulistana e

com a legislatura eleita para 2021-2024. Os resultados da pesquisa demonstram que negros e mulheres estão profundamente sub-representados no poder legislativo municipal em benefício a um único grupo (homens brancos).

De fato, raça e gênero foram marcadores da diferença entre viver e sobreviver à crise sanitária. No cenário de mercado de trabalho já fragilizado, arranjos familiares em que se insere a mulher e, mais ainda, onde há a presença de filhos pequenos, podem inibir a entrada destas mesmas mulheres no mercado de trabalho, mesmo que elas apresentem menor risco de quebra do vínculo empregatício que os homens, conforme aponta Vaz, Santos e Leichsenring (2019) no segundo artigo desta série.

De alguma forma, os trabalhos ora apresentados, se propõem a discutir os cenários que corroboraram para a longevidade da crise no Brasil, e sua manutenção enquanto “novo normal”, ao mesmo passo em que permitem uma compreensão mais ampla das incongruências da república, a fragilidade de nossas instituições e a disparidade entre as múltiplas realidades locais, além de possíveis caminhos para superá-la. Peres e Santos (2021) apontam a reforma tributária que incida sobre grandes fortunas e/ou um aumento progressivo da tributação sobre a renda de pessoas físicas como caminhos possíveis para que o Estado brasileiro consiga socorrer os demais entes federativos, tendo em vista a crise de arrecadação, intensificada pela COVID-19 e, também, possa fomentar políticas públicas que objetivam a equidade social e o alívio da pobreza, como a Renda Básica.

A pandemia desnudou, de uma vez por todas, estas fragilidades e as intersecções entre desigualdades que, assim como a COVID-19, precisam ser enfrentadas de maneira sistêmica, articulada e, quase sempre, em perspectiva. A tutela do Estado a estas questões é fundamental, não só pelos deveres constitucionais, mas também pela sua capacidade institucional de vislumbrar as situações de maneira *lato sensu*.

Mais uma vez, o Brasil está sendo confrontado de modo explícito com suas escolhas de presente e de futuro. As decisões assumidas para enfrentar o choque sistêmico produzido pela pandemia de Covid-19 produzirão efeitos sobre o nosso passivo de estruturas de desigualdade mas, também, sobre as condições objetivas para seu enfrentamento nas próximas décadas. Não há ‘balas de prata’, nem soluções mágicas. Mas, há caminhos possíveis. O que se coloca em questão é: desejamos ou não desejamos assumir a responsabilidade por trilha-los?